



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 83-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talha — Lisboa • Telefone 7
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Direito de propriedade privada e suas funestas consequências

na sociedade, que se baseia sobre a propriedade privada, é in-
está mal organizada; encerra em
uma fonte inexorável de ca-
dades sociais, de desgraças infi-
constantes torturas que horro-
mente afligem a vida dos deserd-

direito de propriedade privada,
alicerça na exploração capitalis-
conseguido pela organização social
te, confere ao proprietário rega-
estúpida, absurda, iníqua. Por
motivo, este direito tem de desapa-
se quisermos que a justiça e a
idade não sejam palavras vãs.
porventura justo que o dono dum
mo, sob o pretexto de que é o pro-
prio, escudando-se com o aludido
do, deixe de cultivar a sua terra,
consentindo que outrem a amane-
que é esse o seu capricho ou por-
e não lhe dá interesse que o sa-
isto tendo os seus contentiços
luta precisão de a fazer produzir a
de poder alimentar-se?

justo que o dono da terra não cul-
to que seria vantajoso para a coleti-
mas apenas lance a semente do
da, a ele, mais fartos lucros,
ora a respectiva colheita em pouco
mesmo em nada aproveite a essa
idade?

justo que o senhor dos campos —
que é o dono — não os faça pro-
seno é suficiente para que o pro-
abunde no mercado e ele pos-
esta maneira, sustentar a alta do
do do mesmo produto ainda que
resulte a fome de um povo?

justo que se cometam todos estes
crimes, só porque se é pro-
rio e como tal, se tem por si o
grado direito de propriedade par-
que garante a impunidade a
de tal modo nocivos e culpados?

justo que, a coberto do referido
do, o detentor dos produtos do re-
do mercado, os oculte para não
ocar a fome de quem deles precisa
e então obrigado a pagá-los por
escandalosamente elevados?

justo que um tal direito garanta
memória, que nada de útil produ-
pou aumentar o valor das rendas
das prédios que, em última análise,
de benéfico?

justo que o direito de propriedade
isto é criminoso! Tudo isto é mais
que injusto: é criminoso!
contudo as leis nada podem contra
crimes! Desde que a sociedade re-
o direito à posse privada (art.
2170 do cod. civ.) dos produtos,
instrumentos de produção, da ter-
de aceitar todas as consequen-
ças desse posse.

justiça seguida é esta:
se eu comprei uma terra, uma má-
quina, um produto, ou os herdei ou
deram, eu posso aliená-la (art.
2260). Posso portanto vendê-
la. Se eu comprei por 100, tenho o
direito de vender por 100.000 todos
qualquer desses objectos se as cir-
cunstâncias me forem propícias ou
se quiser criar.

uma população inteira em vir-
de tal direito? Que é o portal Eu
quego!

porre muita gente de fome? Tuber-
culose se as crianças e os adultos por
de alimento que não podem com-
deparar-se com milhares de or-
mos que seriam fortes e úteis?
Não importa Eu enriqueço! Não tem
para pagar os preços que eu
quero? Arranjam-nos arranjam-nos
qualquer forma! honesta ou deso-

me não abaixo dum centavo que seja
meus preços! Eu o meu direito de
propriedade! Que remédio senão paga-
re por 100.000 o que me custou
100, 10, apenas 1 ou me foi
dado? E não pense em tirar-me o
que a minha posse, os meus pro-
prios, as minhas máquinas, as minhas
casas, as minhas coisas! Não tem o
direito de o fazer!

mas não lho reconhece! Ser por acaso
privassem dessa posse, seriam gra-
ladrões, salteadores e então a
me que proteja (art. 2361 a 2381)
que a lei para meter na cadeia to-
dos que assim procedessem. Ah! eu
que assim procedesse. Ah! eu
que não despojar-vos de tudo; ma-
nada a fome; estiolar-vos num en-
quecimento progressivo por uma
sonegação dos alimentos que me
carei de cada vez mais caro; en-
trei expando-vos ao frio das in-
teriores por que, ou vos nego os meus
comfortáveis a preços baixos
para dar a mais alto, ou vos expulso
das minhas casas agasalhadoras se não
meis ou não quizerdes pagar-me o
que eu encareceri de mês para mês.

Sim! vos, os pobres e mal reme-
da — grande maioria — hoje, por-
um artigo está caro ou desapa-
reço do mercado, privais-vos dele; ama-
que ainda está mais caro, e
precisão tendes, se o encontrais
não coméis dele o suficiente
para a vossa magra bôlsa não poder
apurar a quantidade necessária para
os alimentos: assim ireis en-
quecendo a vossa capacidade diges-
tiva sentindo muito a principio...
pois, se fizerdes um enorme sacrí-
cio comprais o preciso, isso não vos
custará muito... porque já não tem-
des forças para comer o que dantes
comíeis... Tendes indigestões, doenças
que vos debilitam... O menos
que vos espera é a tuberculose...

... e mais, a falta de agasalhos,
habitações insalubres, tudo a enca-
mará a debilitação do organismo
que ainda mais de-
delinha em virtude das preocu-

paços morais provenientes da carestia
interminável e das dívidas em que for-
cadamente vos vedes metidos para aten-
der as necessidades do estômago de
forma insatisfatória ainda assim. O in-
ferno de Dante será talvez uma imagem
aproximada do vosso vegetal tortura-
do e sem esperança.

«Sim! eu sei que tudo sucede assim e
continuará sucedendo! Eu tenho tudo
que vos falta! mas não vo-lo dou senão
a troco do vosso dinheiro todo, embo-
ra depois a morte vos leve! Eu quero
enriquecer e enriqueço de cada vez
«mais! Que me importa a fome das po-
pulações? o seu desespero? To! é o que
se preocupa com isto! O caminho é pa-
ra a frente! No fim está a opulência, o
poder!»

«Eu sou a alta finança, a alta indús-
tria, o alto comércio! Ponho e dispo-
no das riquezas sociais! Tenho-vos a
todas na mão, ó trabalhadores, ó pro-
letários, e vós também, deputados, se-
nadores, ministros, governos, chefes de
Estado vós que sois meus serventários
e meus cúmplices na corra dos povos!
Eu faço a abundância e a rarefacção
dos produtos mais necessários e indis-
pensáveis.»

«Esfomeio as populações, assambar-
ço os géneros, inutilizando-os, desti-
nando-os ao mar, queimando-os de qual-
quer maneira, a fim de assim elevar o
preço do que restar sem eu querer sa-
ber se, vendendo esses géneros a preços
«acessíveis a quem tanta necessidade de-
les tem, eu ganharia ainda assim ra-
zoavelmente!»

«E! um crime proceder desta mane-
ra? Provém lá isso com o código? Qual
crime nem qual culpa? O que há é o
meu direito de propriedade que não
quero perder-se com escrúpulos tolos:
«a justiça dos famintos, os direitos dos
«fomeados, o direito à vida e outras
«cantadas para adormecer crianças!»

AS CLASSES MARÍTIMAS A GREVE GERAL CONTINUA

São postas em liberdade as tripulações
dos vapores 'Minho' e 'Porto Alexandre'

O movimento das classes marítimas
mantém-se no mesmo estado, não se
tendo ainda o governo resolvido a re-
vogar o decreto que o provocou.

Os intuitos que o tem levado a pro-
teler a solução deste conflito não os sa-
bemos, porém, as suas consequências
vão-se sentindo e mais se sentirão se
acaso não saírem os governantes do
seu mutismo.

É provável que o bom senso chegue
de vez lá acima, para acabar com estas
anormalias, com os caprichos que só re-
dundam em prejuízo de todos. Se os
governantes não tivessem de vez em
quando birras desta ordem, não assisti-
riamos às constantes perturbações da
vida nacional.

Demasiado cordatos tem sido aque-
les que sofrem os efeitos de todo este
estado de coisas, manifestando-se só
quando não podem agüentar mais as
afrontas e as perseguições.

É isto que se tem visto, apesar de
criaturas mal intencionadas dizerem o
contrário, afirmando que as classes
operárias são quem provocam os con-
flitos, quando a provocação parte sem-
pre de cima, obrigando-as assim a re-
agir.

Ontem foram postas em liberdade as
tripulações dos vapores 'Minho' e 'Porto
Alexandre', que há dias se encontravam
presos no forte de Monsanto. Não foi sem
tempo que prepararam a injusta prati-
cada, pois não sabemos qual o motivo
que justificasse a sua prisão.

O vapor francês 'Gouverneur Pat-
Rner', que chegou anteontem a Lisboa,
em virtude de não poder descarregar,
foi para o Porto, nessa intenção, o que
de certo não sucederá, pois, como temos
dito, encontram-se ali paralisados os
Marítimos e Fluviais, Carpinteiros Na-
vais e Calafates, de Vila Nova de Gaia;
Descarregadores de Mar e Terra, Bar-
queiros e Fragateiros, do Porto; Marí-
timos e Secção dos Marinheiros e Mo-
gos, da Foz do Douro; Estivadores,
Catraeiros, Maquinistas Fluviais, Cria-
dos e Cosinheiros, de Leixões.

O comité do norte ordenou que os
pescadores e traineiras do Porto e Ma-
tosinhos fossem pescar.

O esgotamento das águas das embar-
cações ancoradas no rio Douro, Porto,
foi ordenado pelo comité do norte, co-
mo já dissemos, e não como informa-
mo outro jornal.

Foi por enviado pelo comité a seguin-
te comunicação:

O comité, tendo que foi distribuído um
manifesto da Associação de Classe dos
Condutores de Carroças em que se protes-
tava contra o decreto 1950, declara, para
evitar erradas interpretações, que apenas
oficiou para aquil classe no sentido de
lhe dar o apoio moral, não fazendo cargo
dos navios onde trabalham militares, ou
da classe dos condutores de carroças, acce-
do.

«Ora se isto é assim, eu posso fazer o
que quiser da minha propriedade! Sou
«o dono, sou o proprietário! Só eu sei
o valor do que é meu! Que importa
que me custasse 2? eu só cederei por
200.000 aquilo que a lei reconhece
«meu mal!»

«Há af quem do regime da carne
pretenda passar ao de acoirar por mo-
tivo de aquela estar caríssima? Quem
«afinal nem mesmo acoirar pode comer
porque o azeite está por um preço
«inabituável para a bôlsa do pobre ou o
«pão não se pode trazer e custa os olhos
«da cara como se diz-se? Não há
«salário ou ordenado, de quem apenas
«vive do seu trabalho mal remunerado,
«que chegue para proporcionar um mo-
«desto passado? Há por isso quem
«morra de fome? se estiole em priva-
«ções? Deixa-to! Não tenho nisso res-
«ponsabilidade de qualidade alguma!»

«Culpem a lei! culpem as instituições!
«Eu sou o proprietário! O código afir-
«ma o meu direito de propriedade!»

«As leis, os governos devem-me até
«protecção, pois que estou ao abrigo
«da legislação estatuida! Ali, portanto,
«de que atentar contra o meu direito!
«ai do que me subtrair aquilo que é
«meu mal, ainda que seja para matar
«a fome a uma população (art. 2356).»

«A polícia que eu pago com o dinhei-
«ro arrancado aos povos tomará con-
«ta do caso e a justiça a quem gratifico
«condenará o ladrão.»

«Estou dentro da lei! Sou por conse-
«quência uma pessoa honrada, muito
«de bem, muito moral, integerrimo ci-
«dadão, digno dos respetos dos meus con-
«cidadãos! Tudo se curva ao meu outro!»

Tais são reflexões, tão a casuística da
burguesia perante o grave problema so-
cial: não para a boca!

O direito de propriedade privada é
para ela intangível, tudo se sacrifica à
manutenção de semelhante monstruos-
idade: honra, lialdade, lisura, sentimen-
tos humanitários, a existência dos des-
erdados. Daqui uma devastadora tor-
rente de egoísmo; uma ansada luta
por um bocadinho de pão; um revoltante
servilismo das massas espoliadas que
julgam amidade uma mercê a concessão
duma migalha da lãuta mesa dos po-
tentados; uma excecível sementeira de
ódio a dividir os homens; uma atroz
exacerbação de sofrimento que alucina
os desgraçados e os leva ao suicídio ou
ao crime; um odioso espírito de ambi-
ção de poderio que impulsiona os humanos
a exigirem a sua opulência sobre as os-
sadas dos miseráveis, a cimentarem o
seu nefasto poder com o sangue e lá-
grimas de legiões inumeráveis de des-
graçados!

Ora uma sociedade, que engendra tais
e tantos flagelos, os mantém e reforça
é uma sociedade anti-natural, uma so-
ciedade absurda, uma sociedade dupla-
mente criminosa que incita ao crime e
castiga o criminoso seu agente involun-
tário, que condena a vítima e galardoa

demoradamente deste assunto e lamen-

demoradamente deste assunto e lamen-

Notas várias

Das fragatas da casa Balançuela, que
foram mobilizadas para a Companhia
Nacional de Moagem, uma afundou-se
entre os pilares da ponte do Seixal e
outra está sobre os ostreiros, também
no Seixal, visto os tripulantes não co-
nhecerem a carreira para Arrentela.

—Foi anteontem preso o arrais dos
barcos que se empregam na condução
do lixo, pertencentes ao sr. Martins, por
se recusar a dirigir o serviço, sendo ho-
je posto em liberdade. Resolveu o co-
mité que todos os barcos que fazem o
transporte do lixo da cidade fossem
amarrar no local denominado Rosai-
nhão.

—O paquete 'Lutetia', à consignaça-
da agência Grey Antunes, atracou à
muralla, não fazendo cargas nem des-
cargas, à excepção de bagagens e malas
do correio.

—O sr. Jaime Tompson entrevistou
a comissão de controle para que o pes-
soal assalariado da Companhia Nacio-
nal de Navegação pudesse fazer o tra-
balho de estiva, o que foi recusado.

—O encarregado da Companhia
Aliança, sr. Joaquim Tomé Lopes, en-
tendeu-se também com a Comissão de
controle para fazer descarga de cereais
na doca de Santo Amaro, não sendo
também permitido.

A tripulação dos vapores 'Gil Eanes',
'Mormuão', 'Goa' e 'S. Vicente', per-
tencentes aos Transportes Marítimos do
Estado, ainda não foram feitos os paga-
mentos das suas soldadas, alegando a
direcção não ter dinheiro, parecendo
ser uma habilidade para conseguir que
sejam matriculados novamente.

Operários de Limpeza e Sa-
nidade Pública

Reuniu ontem com grande concor-
rência, falando vários oradores que
enalteceram a atitude da classe, lamen-
tando a prisão do camarada Jaime Tra-
go pelo motivo de intimidar alguns ama-
relos a abandonar o trabalho.

Decorreu a sessão com entusiasmo,
tendo falado um delegado da U. S. O.,
terminando com calorosas vivas à gre-
ve geral e C. G. T.

Recebemos a seguinte comunicação:

O comité central, em vista da resolução
da Câmara Municipal ser a mesma que a
antecedente, enviou um ofício à comissão
de melhoramentos para pedir a coadjuvação
de todas as classes operárias municipais
para resolverem o caminho a seguir.

Mais insistiu ao comité que a Câmara
mandou chamar o pessoal do quadro do tri-
gonífico para fazer a limpeza do mercado
de 24 de julho, ao que este se recusou. O
comité saudou-o por este acto de solidari-
dade.

Ros ferroviários do Sul e Sueste

Está publicado um aviso, convidando o pes-
soal ferroviário do Sul e Sueste, em greve, a fazer
a sua apresentação ao serviço, nos dias 6 e 9 do
corrente, sob pena de serem demitidos.

A esse convite deve todo o pessoal responder
altivamente, não se apresentando.

Este processo é idêntico ao empregado pelo
ex-ministro Cruz Azevedo, em Novembro de 1918.
Que nenhum ferroviário caia no ardil.

Mantende-vos firmes e unidos, que as ameaças
do governo serão nulas. Este comité possui os ele-
mentos necessários para o prosseguimento da
greve até à vitória.

O Comité Central dos Ferroviários de Estado

o algoz, que esmaga o roubado se é
seio alberga também verdadeiros socia-
listas, continuando-se por uma
forma tão «inteligente» e que, apesar do
partido socialista no seu último con-
gresso, há pouco terminado, ter resol-
vido que se irradiasse do mesmo parti-
do todo o indivíduo que traísse uma
greve, permita que os seus elementos
na veracção sejam convenientes na forma
como a mesma veracção se conduz, de-
mitindo os operários que não se presta-
ram a trair a greve marítima e obri-
gando a classe a lançar-se numa greve
com grave risco da população, pela
imundície que peja as ruas da cidade.

A União acompanha este movimento,
para o que nomeou um delegado, devi-
do à forma como a classe se conduziu e
pela razão que a mesma assiste.

De muitos outros assuntos a comissão
administrativa se ocupou, de interesse
proletário local, assim como aprovou
uma saudação às classes actualmente
em luta, que altivamente responderam
à afronta fe despótico governamental.

O Conselho de Delegados reúne ho-
je, para prosseguir nos trabalhos sus-
pensos na sua última reunião.

União dos Sindicatos Operários

Comissão Administrativa

Reuniu anteontem e apreciou diverso
expediente, em que se destacava um ofi-
cio do sindicato dos tanoeleros, comu-
nicando o final do seu movimento pró-
prio de aumento de salário, com vitória para
a mesma classe, que baixa ao Conselho
para seu conhecimento.

Ofícios do sindicato dos Operários
da Limpeza e Sanidade Pública, dando
conhecimento do seu movimento e das
resoluções que tem tomado a propósi-
to da demissão de um grupo desses
operários que se não prestaram a de-
sempenhar serviços que só aos marí-
mos em greve pertenciam.

A comissão administrativa ocupou-se
demoradamente deste assunto e lamen-

Empurrados pelo governo declaram-se em greve OS FERROVIÁRIOS DE TODO O PAIS

Acompanhando o pessoal das linhas do Estado, aban-
donam o trabalho os ferroviários da C. P.

Acaba de se registar em Portugal um
facto dos mais importantes, afirman-
do a força da organização operária.

Os ferroviários da Companhia Por-
tuguesa, num gesto nobre e elevado,
lançaram-se anteontem, pelas 6 horas
da manhã, em greve, secundando os
seus camaradas do Estado—Sul e Sueste
e Minho e Douro—e reclamando a
imediata satisfação dos seus pedidos,
apresentados há longos dias e a que o
governo tem respondido com vãs pro-
messas.

O que até hoje se tem considerado
um mito, acaba de se produzir inespere-
adamente, mercê das circunstâncias,
que aniquilam os governantes criam.

Durante longo tempo, lutaram os
ferroviários por conseguir a unificação
das suas forças, pelas quais eles afir-
massem a sua vontade, perante as en-
tidades que os tem infamemente explo-
rado.

Se um dia os ferroviários da C. P.
se lançavam na luta, falhava-lhes a
acção dos ferroviários do Estado, pelo
que os seus movimentos eram irremis-
sivelmente esmagados. Se outro dia os
ferroviários do Estado declarariam um
movimento, não podiam contar com a
solidariedade dos seus camaradas das
Companhias, que, a despeito do máxi-
mo esforço dos seus dirigentes, falhava
também.

Assim se caminhou durante largo
tempo, até que um dia, sem preparação
prévia, essas duas forças se encontraram,
verificando-se e fortalecendo-se, para
lutarem em prol das suas comuns aspi-
rações.

Para a organização operária, tal facto
constitui um verdadeiro acontecimen-
to, pois que regista uma brilhante pá-
gina nos annals do movimento ferroviário
português.

Insensatamente, pretendem o governo
subjugar os ferroviários do Sul e Sueste
à sua vontade militarista e opressora.

Para isso, quando tudo indicava que
se chegaria a uma conclusão satisfatória
nas estações apparecem guardas-nos de
tropa, a vigilância sobre o pessoal aumen-
ta consideravelmente e cada ferroviário
passa a ser guardado por uma sentinela.

Os maquinistas, sobre quem a vigi-
lância era mais rigorosa, trabalhavam
sob as vistas de quatro soldados, que
dia e noite permaneciam sobre as loco-
motivas.

No entanto, os ferroviários, demons-
trando um admirável espírito de se-
riedade, estudavam a situação e aprova-
vam, na presença de delegados directos
do governo, uma plataforma de concilia-
ção, pela qual provavam ao público
os seus desejos de paz e concórdia. Não
podiam, porém, os ferroviários, transac-
cionar com o governo essa plataforma,
sem que sobre eles cessasse a violência
da força armada.

Por isso reclamaram a immediata reti-
rada das praças do exercito e da mari-
nha, que guardam nas máquinas, nas
estações e os vapores, pondo como con-
dição para um accordo essa reclamação.

O governo, porém, esquivando pelos
conselhos de quem animava os mais re-
servados intuitos, em esmagar os valen-
tes ferroviários do Sul e Sueste, respon-
deu a este pedido, com a publicação dum
decreto insultuoso e opressivo, militari-
zando todos os serviços ferroviários,
mantendo a força armada, apertando
as precauções e, por fim, entregando a
direcção dos Caminhos de Ferro do Sul
e Sueste ao comandante do batalhão de
sapadores do Caminho de Ferro, o te-
nente-coronel Raúl Esteves, com po-
deres de meter na ordem os ferroviários e
manter a disciplina.

Recebida a afronta altivamente, os
ferroviários do Sul e Sueste manteve-
ram a sua característica enérgica, tendo
conseguido o governo, com as suas per-
seguições, criar uma atmosfera propicia
para a eclosão dum movimento reivindi-
cador e de protesto.

Lutando contra mil obstáculos, os
ferroviários do Sul e Sueste, em pleno
dia, na frente dos soldados, por entre
uma floresta de espingardas, resson-
do às violências governativas com a
declaração dum forte movimento, lan-
çando-se o governo contra os grevistas,
tornando as mais rigorosas medidas,
cujo resultado até hoje tem sido comple-
tamente nulos.

Por sua vez, os ferroviários do Mi-
nho e Douro, vendo o gesto dos seus
camaradas do Sul e Sueste, não hesitam,
declarando a greve, uma hora depois.

Eis, pois, como os ferroviários do Es-
tado responderam às violências do go-
verno.

Essa luta, encetada em 30 do p. p.,
tem-se prolongado até hoje, contribuindo
as perseguições dos governantes aos
ferroviários do Estado para que os fer-
roviários da C. P., que também viam
constantemente adiadas as suas recla-
mações, se lançassem num movimento,
que teve a particularidade de conseguir
a tam altejada união dos ferroviários
do país.

Não perdendo terreno, toda a classe
ferroviária reconhece a necessidade de
a unificação da luta, fazendo a fusão das
suas reclamações e entregando a direc-
ção geral do movimento a um único
Comité, que neste momento funciona
sob o título de Comité Central dos
Ferroviários de Portugal.

O gesto dos ferroviários é significan-
te, e a ele os levou a incúria dos go-
vernantes pela sua situação económica
e a especulação desenfreada do comer-
cio, que tem arrastado todas as classes

a lutar por melhoria de condições de
vida, posto que a sua exploração é in-
fame e provoca o mal-estar geral.

Do Comité Central dos Ferroviários
de Portugal recebemos a seguinte co-
municação:

A declaração de greve dos
ferroviários da C. P., motivada
pelas perseguições aos ferro-
viários do Sul e Sueste e pela
demora havida nas resoluções
do governo sobre as suas recla-
mações, transformaram o mo-
vimento ferroviário num mo-
vimento geral nacional, cuja di-
recção foi confiada ao Comité
Central dos Ferroviários de
Portugal.

Desde esta data, todas as re-
clamações apresentadas aos
ferroviários do Estado e da C.
P. se consideram unificadas, só
se considerando terminado o
conflito, depois de atendidas as
mesmas reclamações.

A greve nas linhas do Sul e
Sueste e Minho e Douro man-
tem-se, com a mesma enérgia
de ontem.

Nas linhas da Companhia Por-
tuguesa, o movimento achou-se
unificado, dispondo-se o pessoal
a não retomar o serviço, sem
que as reclamações sejam com-
pletamente atendidas.

É inexacto que o pessoal, tanto
do Estado como da C. P. se te-
nha apresentado ao serviço, su-
cedendo até que o pessoal do
Sul e Sueste se recusou a fazer
a sua apresentação na Direcção
como fora convidado ontem.

As violências do governo re-
rudescem, tendo ontem sido
presos muitos ferroviários da
C. P. e do Sul e Sueste, sem
motivo justificado.

O moral de todo o pessoal em
greve é excelente, proseguindo
a greve com todo o entusiasmo.
Amanhã devem ser publicadas
as reclamações em conjunto da
classe ferroviária, das quais o
governo já tem conhecimento.

O prolongamento deste con-
flito motivará graves prejuizos,
mas a responsabilidade da sua
não solução pertence completa-
mente ao governo se continuar a man-
ter-se intransigente como até
hoje.

Sobre a marcha do conflito e
sobre as reclamações, só este
Comité tem poderes para resolver.

O comité central dos ferroviários de
Portugal fez distribuir ontem o seguin-
te manifesto:

Em consequência das violências exercidas
sobre os ferroviários do Sul e Sueste e da
recusa do governo em transaccionar as re-
clamações dos ferroviários do Estado, os
ferroviários da Companhia Portuguesa, con-
vencidos de que as promessas do governo
não iriam além de vãs garantias, não con-
seguindo ver satisfeitas as suas justas re-
clamações, lançaram-se num movimento, se-
cundando assim a acção dos seus camaradas
do Estado e defendendo o pão que lhes
seria recusado se não tivessem optado pelo
caminho da greve.

Unificando a sua acção, sem outros in-
tuitos reservados que lhes possam ser
atribuídos, os ferroviários da C. P., S. S.
e N. D., unificaram as suas reclamações,
sumando a representação de todos os ferro-
viários do país e sobre si toda a direcção
geral do movimento.

Assim, o movimento grevista dos ferro-
viários se mantém unificado, exigindo-se a
satisfação em conjunto, das reclamações
apresentadas pelo pessoal de todas as re-
des em greve.

Ferroviários! Mantende-vos firmes e ac-
tivos, porque a vitória será certa.

Unificai-vos em espirito e tendes confiança
no vosso comité, porque dês a vós levai
a conquista dos vossos direitos e das vossas
reclamações.

